

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 538.130 - MS (2019/0301654-2)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : MARCELO BENCK PEREIRA**  
**ADVOGADO : MARCELO BENCK PEREIRA - MS007447**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PACIENTE : ALEXANDRO PRUDÊNCIO DE SOUZA (PRESO)**  
**OUTRO NOME : ALEXSANDRO PRUDÊNCIO**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

## DECISÃO

O paciente alega sofrer coação ilegal, em decorrência de acórdão prolatado pelo Tribunal *a quo*, na Revisão Criminal n. 1408487-03.2019.8.12.0000.

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado à pena de 3 anos e 9 meses de reclusão, em regime fechado, pela prática do delito do art. 12, *caput*, da revogada Lei n. 6.368/1976.

Busca a defesa a redução da pena-base ao mínimo legal, bem como da pena de multa.

### **Indefiro o pedido liminar.**

No tocante à dosimetria da pena, por configurar matéria restrita ao âmbito de certa discricionariedade do magistrado, regulada pelos critérios da razoabilidade e da proporcionalidade, demanda o exame acurado dos autos e, por vezes, o revolvimento do conteúdo fático-probatório, providência inadequada para este momento processual e para a própria via eleita.

Ademais, o provimento liminar confunde-se com o próprio mérito do *mandamus* e, porquanto dotado de caráter satisfativo, deve ser analisado em momento oportuno, quando serão minuciosamente examinados os fundamentos embasadores da pretensão.

Devidamente instruídos os autos, dispense a solicitação de informações. Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

